

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.234 - PB (2018/0305337-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ALAGOINHA - PB**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA**
INTERES. : **EMANUEL LEONCIO DO NASCIMENTO**
ADVOGADOS : **RODRIGO SILVA PAREDES MOREIRA - PB011429**
: **ALUISIO PAREDES MOREIRA JUNIOR E OUTRO(S) - PB010893**
: **ANGÉLICA GURGEL BELLO BUTRUS - PB013301**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ALAGOINHA - PB, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA, suscitado, nos autos de ação em que pleiteia Aposentadoria por Invalidez, ou Auxílio-Acidente, em razão de sequelas provocadas por acidente automobilístico, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O juízo federal suscitado declinou da competência por entender que:

"4. Não se desconhece que a Justiça Federal é a competente para processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (art. 109, inciso I, da Constituição Federal).

5. Ocorre, entretanto, que o §3º do mesmo art. 109 da Carta Maior, trazendo verdadeira norma especial e que excepciona a prevista no inciso I, estabelece que 'serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal [...] (grifos acrescidos)'" (fl. 61e).

O juízo suscitante, por sua vez, sustenta que:

"Mantenho a decisão de f. 56 por todos os seus termos, acrescentando que, embora se alegue que a 12ª Vara da Justiça Federal em Guarabira não tenha sede nesta Comarca, há de se verificar que a Comarca de Alagoinha se encontra inserida dentro da região metropolitana de Guarabira, criada através da Lei Complementar Estadual n.º 101 de 12 de junho de 2011, art. 1º. Assim, tem-se que a Comarca de Alagoinha faz parte do mesmo núcleo urbano em que se encontra localizada a citada Vara Federal,

não havendo razão para o exercício da competência delegada por parte deste Juízo Estadual, pois ambos os Juízos estão localizados dentro da mesma aglomeração urbana, motivo pelo qual entendo que a competência delegada deste Juízo cessou" (fl. 70e).

O Ministério Público Federal, por meio da Subprocuradora Geral da República DENISE VINCI TULIO, opina pelo não conhecimento do conflito de competência (fls. 85/87e).

O conflito não deve ser conhecido.

De início, extrai-se dos autos que o pedido da parte autora da demanda principal consiste no pedido de Aposentadoria por Invalidez previdenciária, ou Auxílio-Acidente, em razão de sequelas provocadas por acidente automobilístico,

Com efeito, esta Corte Superior já se manifestou no sentido de que a regra disposta no art. 109 da Constituição Federal tem por finalidade a proteção do segurado, facultando-lhe, na existência de mais de um juízo competente para o julgamento da causa, a escolha do local que lhe seja mais conveniente para ajuizamento de ação.

Nesse caso, o STJ pacificou sua jurisprudência, ao assentar que compete ao respectivo Tribunal Regional Federal o julgamento de conflito de competência em que juiz estadual investido na jurisdição federal, na forma do art. 109, § 3º, da Constituição Federal, se declara incompetente, assim como juiz federal com jurisdição sobre a comarca sede do juízo estadual.

É o que se extrai dos seguintes precedentes:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. 'Compete ao tribunal regional federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal' (STJ, Súmula nº 3). Conflito de competência não conhecido, com determinação de remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região" (CC 124954/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 1º/02/2013).

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE NILÓPOLIS-RJ. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI-RJ. ART. 109, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO QUE NÃO É SEDE DE JUSTIÇA FEDERAL. VARA FEDERAL COM ATRIBUIÇÃO SOBRE MAIS DE UM MUNICÍPIO. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA 3/STJ. REMESSA DOS AUTOS AO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

1. Analisando historicamente a Súmula 3/STJ, verifica-se que todos

os julgados que serviram de fundamento para a sua edição (CC 291/RJ, CC 256/AL, CC 43/RJ, CC 3/RJ) tratavam de conflito de competência negativo, em que um juiz estadual investido na jurisdição federal se declarava incompetente, assim como um juiz federal com jurisdição sobre a comarca sede do juízo estadual.

2. Compete ao Tribunal Regional Federal respectivo o julgamento de conflito de competência em que juiz estadual investido na jurisdição federal, na forma do art. 109, §3º, da Constituição Federal, se declara incompetente territorialmente, assim como juiz federal com jurisdição sobre a comarca sede do juízo estadual.

3. Conflito de competência não conhecido" (CC 104.296/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 18/08/2009).

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CONFLITO NEGATIVO. JUÍZO ESTADUAL E FEDERAL. INCOMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL PARA JULGAMENTO DO CONFLITO. VERBETE SUMULAR 3/STJ. CONFLITO NÃO-CONHECIDO.

1. Incompetência deste Tribunal para dirimir o Conflito entre Juízo Federal e Juízo Estadual que rejeita a competência que lhe está sendo delegada. Inteligência do verbete sumular 3/STJ.

2. Conflito não-conhecido" (CC 97403/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 28/10/2008).

Ainda, no mesmo sentido, o teor do enunciado 3 da Súmula desta Corte:

"COMPETE AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DIRIMIR CONFLITO DE COMPETÊNCIA VERIFICADO, NA RESPECTIVA REGIÃO, ENTRE JUIZ FEDERAL E JUIZ ESTADUAL INVESTIDO DE JURISDIÇÃO FEDERAL"

Ante o exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, inciso I, do CPC/2015, não conheço do Conflito e determino a remessa do feito ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a fim de que aprecie a questão como entender de direito.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora